

NOTA TÉCNICA SOBRE DESTINAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SUL DO ESTADO DO AMAZONAS - MAPEAMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS

DESTAQUES DO MAPEAMENTO DAS DEMANDAS

- O avanço do **desmatamento na região do sul do Estado do Amazonas segue crescente**, embora com redução em 2023.
- **30% do desmatamento ocorreu nas Florestas Públicas não Destinadas (FPNDs)**
- **Oito municípios** foram selecionados para mapeamento de demandas sociais: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã e Pauini
- **64 demandas sociais** por regularização fundiária e destinação de terras públicas foram registradas
- O total de **demandas alcança uma área de 9.5 Mha.**
- A demanda por **criação de áreas para conservação e uso sustentável de recursos naturais somou 4.5 Mha**, as quais incluem agricultura familiar e territórios de uso comuns
- A demanda por **expansão territorial de categorias fundiárias já estabelecidas somou 649 mil ha.**
- A demanda por **regularização fundiária em terras públicas de imóveis rurais totalizou 3.1 Mha.**
- A **destinação** de terras públicas para regularização fundiária e de FPNDs para conservação poderá **reduzir drasticamente o desmatamento e os conflitos por terra na região.**

APRESENTAÇÃO

Esta Nota Técnica apresenta os resultados da oficina de trabalhos intitulada "Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas", realizada entre os dias 17 e 19 de outubro de 2023, na cidade de Manaus - AM. O objetivo principal da oficina foi o de trazer as demandas territoriais prioritárias sob a perspectiva dos Espaços Públicos Socioambientais¹, a fim de apoiar a formulação de ações do Poder Público e sensibilizar para a urgência de ações efetivas no que diz respeito à destinação e regularização de territórios em oito municípios (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã e Pauini) situados na região sul do Estado do Amazonas. Para tanto, o evento contou com inúmeras lideranças socioambientais representativas (veja próxima seção) de oito municípios do sul do Estado que fazem fronteiras com os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará e que estão sob influência das BRs 230 (rodovia Transamazônica), 317, 319 e 364. Cabe lembrar que a oficina realizada em Manaus é parte das articulações que o fórum “Diálogo Amazonas Regularização Fundiária Urgente” e a “Aliança para Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas” vêm realizando naquela região.

Ao longo de dois dias de trabalho, foram produzidos inúmeros mapas com a “geoespacialização” das demandas sociais regionais por regularização fundiária, expansão de área protegidas e destinação de terras públicas, em especial as florestas públicas não destinadas (FPNDs). A região em questão apresenta-se atualmente como uma das fronteiras mais ativas de desmatamento (Figura 1 e 2), grilagem de terras públicas e conflitos agrários violentos e foi considerada, pelo Governo Federal, uma região prioritária para ações de controle e combate às ilegalidades. Assim como em todo o bioma amazônico, no sul do Estado do Amazonas, as FPNDs são aquelas categorias que mais sofrem com o desmatamento por grilagem (30% do total desmatado por ano; (Moutinho & Azevedo-Ramos, 2023a).

¹ Espaços Públicos Socioambientais, são espaços multiatores compostos por entes estatais e da sociedade civil, cuja pauta é a conjunção de interesses em torno de agendas positivas e efetivas que contribuam para a resolução dos problemas crônicos relativos à Amazônia. O espírito que anima o EPSA é o diálogo direto, balizado, tecnicamente calçado e politicamente competente entre os formuladores e operadores de políticas públicas e lideranças comunitárias que estão na linha de frente da construção de territórios, do enfrentamento da grilagem e da violência fundiária.

processo de destinação de áreas não destinadas e regularização fundiária justa e socialmente benéfico.

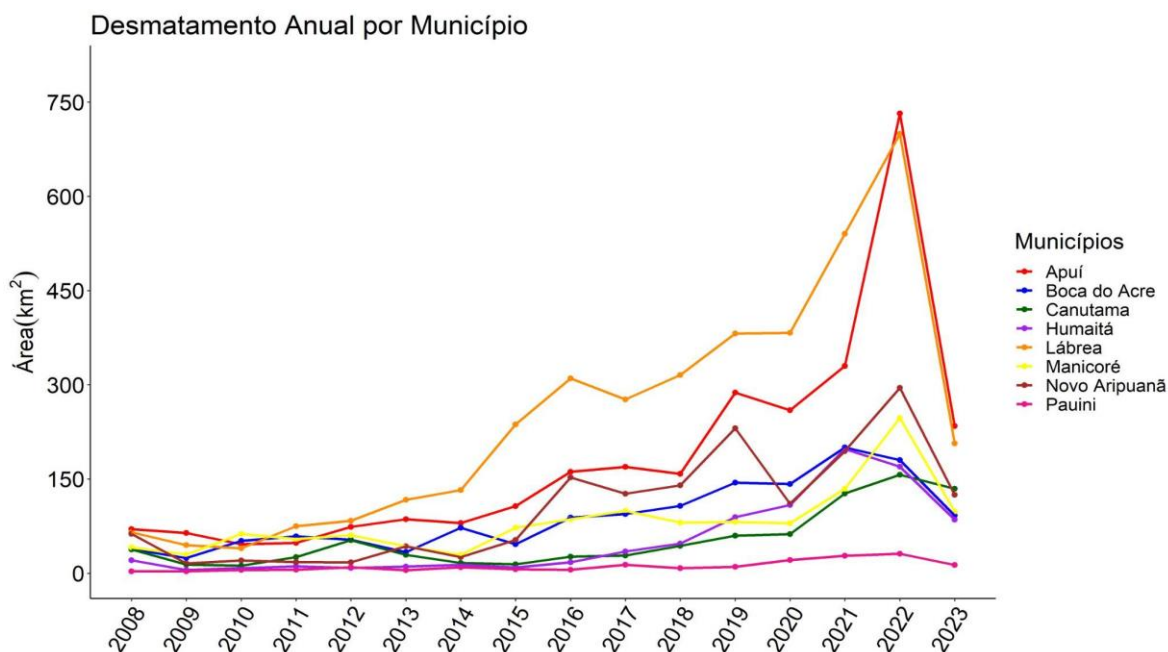


Figura 2. Desmatamento anual por km² dos municípios participantes da oficina “Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas”. Fonte: Prodes (2023).

LIDERANÇAS REGIONAIS ENGAJADAS

Um total de 19 lideranças locais participaram da oficina, oriundas dos oito municípios do sul do Estado do Amazonas, abarcando uma representatividade abrangente e expressiva da sociedade local e de suas organizações que vivenciam o embate contra a grilagem e o desmatamento na região. Esta representatividade foi obtida viabilizando-se a participação de lideranças comunitárias representativas (presidentes de comunidades e associações comunitárias, bem como presidentes de sindicato de trabalhadores e outros representantes regionais); agentes públicos regionais; gestores e técnicos de órgãos relacionados com gestão fundiária e ambiental; organizações da sociedade civil com atuação socioambiental e comprovado comprometimento com as populações citadas, bem como aquelas com experiência no apoio à busca pelos direitos territoriais de populações tradicionais. No âmbito de lideranças comunitárias, a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas foi o coletivo que se mostrou o mais indicado para planejar e organizar os encontros com as lideranças representativas, levando a um envolvimento genuíno destes com os objetivos da ação.

Mais especificamente, participaram da oficina as seguintes organizações: Associação da Barra de S. Manoel, Sindicato dos Produtores Rurais de S. Antônio do Matupi, Secretarias de meio-ambiente dos municípios de Apuí e Humaitá, Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Lábrea (Lábrea), Comissão Pastoral da Terra (Lábrea e Boca do Acre), Associação da Vila Céu do Mapiá - FLONA do Purus (Boca do Acre/Pauini), Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (RESEX Ituxi), Associação Indígena da Comunidade de Belo Monte (Canutama), Central das Associações do Rio Manicoré (Manicoré), Associação da FLONA de Humaitá, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Associação do PA Juma (Apuí), Associação dos Produtores Agroextrativistas da RESEX Arapixi (APREA).

Além dos representantes dos territórios, participaram organizações parceiras como o Instituto de Conservação e Uso Sustentável da Amazônia (IDESAM), GREENPEACE, Instituto de Educação do Brasil (IEB), Instituto Amazoniar, Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA), Wildlife Conservation Society (WCS), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Aliança pelo desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas (ADSSA) e Instituto para o Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

ABORDAGEM METODOLÓGICA ADOTADA

Para o mapeamento das demandas sociais regionais por regularização fundiária, expansão de áreas protegidas e destinação de terras públicas foi utilizado o método de Espaços Públicos Socioambientais - EPSAs (Santos et al. 2005). Para tanto, acordou-se que a oficina seria composta por grupos de atores sociais determinados (ver seção acima). A abordagem de consulta participativa baseada nos EPSAs prevê a utilização de diferentes metodologias de modo a garantir a representatividade das demandas territoriais trazidas pelas lideranças locais. Na oficina realizada em Manaus, adotou-se as seguintes metodologias:

- a. *Oficina de Direitos Territoriais*: alinhamento de conceitos fundiários e ambientais, bem como do processo histórico de uso da terra no estado do Amazonas. Na oportunidade foram apresentados diversos mapas dos

territórios, promovendo uma gradual capacidade de reconhecimento das feições geográficas em estudo.

b. *Cartografia participativa*: os participantes se dividiram em grupos de acordo com seu município de origem e utilizaram mapas previamente preparados em formato A0, onde registraram os territórios com passivo de destinação de terras, bem como áreas necessitando de regularização ou fiscalização. Cada caso foi qualificado, havendo os registros de informações gerais (como população, local, nomes) e específicas (como caracterização da demanda, presença de conflitos, características da atuação do estado). Ao final, cada grupo apresentou seu mapa aos demais participantes da oficina, seguido por um momento de debate na plenária.

c. *Sistematização e validação*: o mapeamento durante a oficina resultou em dois tipos de informações, as geográficas e as tabulares. O processo de validação consistiu em um novo encontro (remoto) com as lideranças representativas, onde o trabalho de sistematização foi apresentado, seguido por um momento de debate e ajuste dos dados (reduções, acréscimos, ou mudanças no tipo de destinação), caso necessário. Após esta etapa os dados foram considerados validados e poderão ser submetidos à Câmara Técnica. Para facilitar a sistematização dos dados e apresentação das demandas classificamos as propostas para cada área de acordo com o tipo de ação necessária (criação; expansão; regularização fundiária; outras demandas; e não especificado) e categoria da ação (agricultura familiar; concessão de direito real de uso; projeto de assentamento; regularização; terra indígena; território de uso comum; unidade de conservação de proteção integral; unidade de conservação de uso sustentável).

d. *Promoção do protagonismo comunitário*: as demandas territoriais organizadas em mapas e notas técnicas foram entregues para Gestores Públicos com poder de tomada de decisão. Desta forma, os compromissos poderão ser firmados diretamente com os beneficiários pelo acesso à terra. As lideranças, como parte do processo, foram escutadas e se fortaleceu o bom hábito de pensar a política pública a partir da situação específica de cada território, pois após a conquista da documentação da terra, muitos outros direitos ainda precisarão ser reivindicados.

RESULTADOS

De maneira geral, o resultado das atividades empreendidas durante a oficina evidenciou ainda mais o já alardeado avanço alarmante do desmatamento na região do sul do Estado do Amazonas, em especial a partir de 2019. Por exemplo, entre 2020 e 2022, essa região apresentou significativo aumento de desmatamento, com destaque para os municípios de Apuí e Lábrea (Figura 2). Ainda, as categorias fundiárias com as maiores extensões de desmate foram os assentamentos, imóveis rurais e as FPNDS (Figura 3).

Durante o processo de mapeamento houve inúmeros relatos dos participantes sobre atos de intensa violência contra pequenos produtores, comunidades tradicionais e indígenas por conta de conflitos de terras instalados na região. Uma situação que vem sendo registrada e relatada há muito (Sehn Kortling et al., 2023). Os conflitos relatados configuram desapropriação rural, ameaças, assassinatos de lideranças comunitárias, depredações ao patrimônio ambiental, com impactos diretos na socio-bioeconomia, expulsões silenciosas (quando a pessoa abandona suas terras para garantir a própria vida), pressões para adesão à pecuária extensiva e ilegal, estímulos a reconcentrações fundiárias, entre outros.

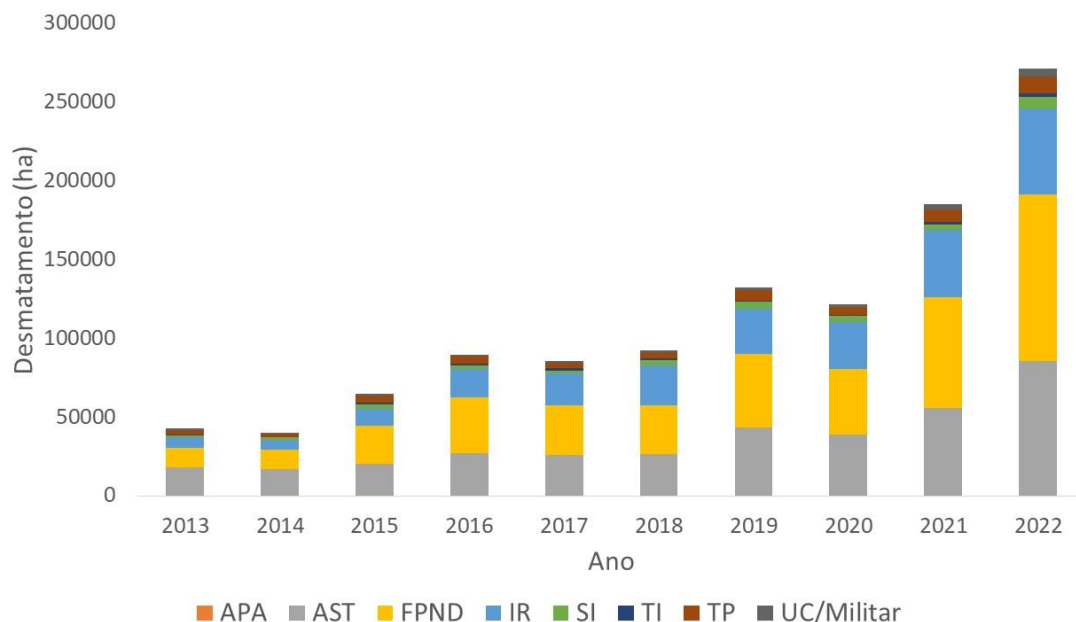


Figura 3. Desmatamento anual (hectares) no Sul do Amazonas por categoria fundiária. Inclui os municípios presentes na oficina com o adicional de Maués e Tapauá. APA = Área de proteção ambiental; AST = Assentamento; IR = Imóvel rural; FPN = Floresta pública

não destinada; SI = Sem informação; TI = Terra indígena; TP = Terra Pública; UC/Militar = Unidade de conservação ou Área militar. Fonte: Prodes Amazônia (2023).

Já o mapeamento das demandas sociais resultantes dos trabalhos realizados durante a oficina, reuniu um total de 64 propostas ações em prol da regularização fundiária, da expansão de unidades de conservação ou terras indígenas e, ainda, da destinação de FPNs. A totalidade das propostas abrangeram uma área de 9,5 milhões de hectares (Mha). O município com mais registros de propostas foi Pauini (13), seguido por Canutama e Lábrea (10 registros cada). Pauini também foi o município com maior área total com propostas de ações (2,5 Mha), seguido por Canutama (1,7 Mha) e Manicoré (1,3 Mha) (Tabela 1; Tabela S1).

Tabela 1. Área (em hectares) por tipo de ação proposta por cada município. CR = criação; EX = expansão; RE = regularização.

MUNICÍPIO	CR	EX	RE	ÁREA TOTAL
Apuí	-		33.354,29	33.354,29
Boca do Acre	74.466,54	121.448,10	290.532,64	486.477,28
Canutama	136.657,86	292.891,60	132.115,77	1.750.665,24
Humaitá	-	-	1.111.185,65	1.111.185,65
Lábrea	76.983,05	-	1.109.731,88	1.186.714,94
Manicoré	1.079.607,48	149.159,99	85.659,58	1.314.427,05
Novo Aripuanã	840.555,89		307.681,07	1.148.236,96
Pauini	2.365.596,67	85.753,71	34.457,92	2.485.808,30
Total	4.573.867,49	649.253,40	3.104.718,80	9.516.869,71

A maioria das ações propostas pelas lideranças consultadas foi pela “regularização fundiária”, voltada principalmente para a categoria “agricultura familiar”. Um total de 20 propostas relacionadas à “Unidade de conservação de uso sustentável” foram registradas, cobrindo cerca de 2 Mha. Já as propostas envolvendo “agricultura familiar” somaram 18 registros (1,8 Mha) (Tabela 2; Tabela S2).

Tabela 2. Área (em hectares) por categoria de ação proposta por cada município. AF = agricultura familiar; CDRU = concessão de direito real de uso; PA = projeto de assentamento; RE = regularização; TI = terra indígena; TUC = território de uso comum; UCPI = unidade de conservação de proteção integral; UCUS= unidade de conservação de uso sustentável.

MUNICIPIO	AF	CDRU	PA	PA/UCUS	RE	TI	TUC	UCPI	UCUS	AREA TOTAL
<i>Apuí</i>	31.184,72	-	-	-	-	-	2.169,57	-	-	33.354,29
<i>Boca do Acre</i>	253.590,47	-	-	-	-	-	36.942,17	-	195.914,64	486.447,28
<i>Canutama</i>	-	1.263.680,98	35.339,45	-	-	101.318,41	57.434,13	-	292.891,60	1.750.665,24
<i>Humaitá</i>	240.389,91	475.301,90	-	-	60.597,94	-	334.895,92	-	-	1.111.185,68
<i>Lábrea</i>	938.885,07	-	247.829,86	-	-	-	-	-	-	1.186.714,94
<i>Manicoré</i>	85.659,58	-	-	56.174,40	-	22.080,51	1.072.707,81	45.884,73	92.985,58	1.375.492,62
<i>Novo Aripuanã</i>	307.681,07	-	-	-	-	-	-	-	840.555,89	1.148.236,94
<i>Pauini</i>	34.457,92	-	1.338.303,93	-	-	-	-	418.254,58	694.791,88	2.485.808,30
<i>Total</i>	1.891.848,74	1.738.982,88	1.621.473,24	56.174,40	60.597,94	123.398,92	1.504.149,60	464.139,31	2.117.139,60	9.577.905,29

A partir dos dados das Tabelas 1 e 2 e dos mapas elaborados pelas lideranças presentes (Figuras 4 e 5) foi possível detalhar ainda mais as demandas por município. Tais demandas estão listadas abaixo.

Em **Apuí** houve o registro de apenas uma demanda por parte dos representantes municipais: a regularização fundiária visando a criação de um território de uso comum (TUC) no extremo leste do município (detalhe à direita nas Figuras 4 e 5). A área total proposta para esta ação foi de 2.169,57 ha (Tabelas 1 e 2). Todavia, representantes de Novo Aripuanã propuseram a regularização fundiária para agricultura familiar abrangendo uma área que adentra 31.184 ha no município de Apuí. Durante a validação dos dados representantes de Apuí concordaram com a destinação da área proposta por Manicoré. Desta forma, a área total com demandas em Apuí foi de 33.354,3 ha.

Em **Boca do Acre** as demandas propostas somaram 486 mil ha. Houve demandas para regularização (59,7% da área total com propostas no município), expansão (24,9%) e criação (15,3%) de novas áreas (Tabela 1 e Figura 4). As demandas por regularização foram relacionadas à agricultura familiar e à um TUC, enquanto os pedidos de expansão foram direcionados para duas unidades de conservação de uso sustentável (UCUS): a Resex Arapixi e a Flona de Mapiá-Inauini. Como demanda de criação, os representantes do município apresentaram a proposta da UCUS Furo da Estrela, como estratégia para conter as invasões na região (Figuras 4 e 5).

Em **Canutama** houve propostas para os três tipos de ação: regularização (75,5% da área total com demandas registradas), expansão (16,7%) e criação (7,8%), totalizando 1,7 milhões de hectares com propostas de destinação (Tabela 1 e Figura 4). As demandas por regularização foram voltadas para concessão de direito real de uso (CDRU) e TUC. Todas as demandas de expansão foram voltadas para a categoria UCUS, visando a expansão da Flona Balata-Tufari como estratégia para redução dos conflitos entre pecuaristas e moradores locais. Houve, ainda, a proposta de criação de um projeto de assentamento (PAE Nossa Senhora do Carmo) para conter a pressão do agronegócio, e da terra indígena Pauzinho (Tabela 2; Figura 5). É importante ressaltar que este é o único caso de proposição de uma terra indígena presente nesta nota técnica. Por não ter contato com a participação de representantes indígenas na oficina, todas as sugestões relacionadas às terras indígenas são apresentadas como “outras demandas” (Figura S1 e Tabela S2), justamente por necessitar de validação por parte de seus representantes. Todavia, no caso da terra indígena Pauzinho, houve a confirmação da demanda pelos próprios indígenas em campo, alguns dias depois da realização da oficina. Por se tratar de uma área de grande conflito e dada a oportunidade de garantir maior celeridade na destinação através desta nota técnica, optou-se por incluir este

caso como uma demanda validada (tanto pelos participantes da oficina quanto pela comunidade indígena Pauzinho).

Em **Humaitá**, todas as ações propostas foram de regularização fundiária (Figura 4), entretanto em diferentes categorias (agricultura familiar, CDRU, TUC, e regularização fundiária) (Figura 5). Do total de 1,1 milhão de ha para destinação, 42,7% foram para CDRU, 30% para TUC, 21,6% para agricultura familiar e 5,4% para regularização (Tabelas 1 e 2).

Lábrea, município onde o desmatamento subiu significativamente nos últimos anos devido à expansão de latifúndios na região sul, teve 93% da área total das demandas voltada para regularização fundiária e 6% para criação de novas áreas (Tabela 1 e Figura 4). Os pedidos de regularização foram majoritariamente para projetos de assentamento, com exceção de uma demanda para projeto de assentamento. As demandas por criação foram direcionadas para dois projetos de assentamento: o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ituxi e o Assentamento Mariele Franco. Ao todo, as demandas registradas somam 1,18 milhão de ha dentro do município (Tabela 2 e Figura 5).

Em **Manicoré**, de 1,3 milhão de ha com propostas de destinação, 82% corresponderam à criação, 11% à expansão, e 6% à regularização (Tabela 1 e Figura 4). Representantes municipais sugeriram a criação de dois TUCs, além da expansão de três UCUS (duas áreas para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Amapá, e uma para a Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande). Uma área recebeu sugestão de duas possíveis destinações: ampliação do PAE Jenipapo ou da RDS Rio Amapá. Três áreas foram sugeridas para regularização de agricultura familiar (Tabela 2 e Figura 5).

Novo Aripuanã teve a maioria das propostas para criação (73,2% da área total com propostas), seguida por regularização (26,8%) (Tabela 1 e Figura 4). Três áreas foram indicadas para a criação de UCUS e duas áreas para regularização de agricultura familiar (Tabela 3 e Figura 5). Ao todo, 1,1 milhão de ha receberão sugestões de demandas para destinação.

Em **Pauini**, praticamente toda a área delimitada para algum tipo de destinação foi indicada para criação (95,2%), com o restante se dividindo entre expansão e regulamentação (3,4% e 1,4%, respectivamente) (Tabela 1 e Figura 4). Representantes locais sugeriram a criação de duas UCPI, duas UCUS, e um projeto de assentamento. Além disso, foram sugeridas sete áreas em diferentes pontos para expansão da Flona de Purus e uma área para regularização de agricultura familiar (Tabela 2 e Figura 5).

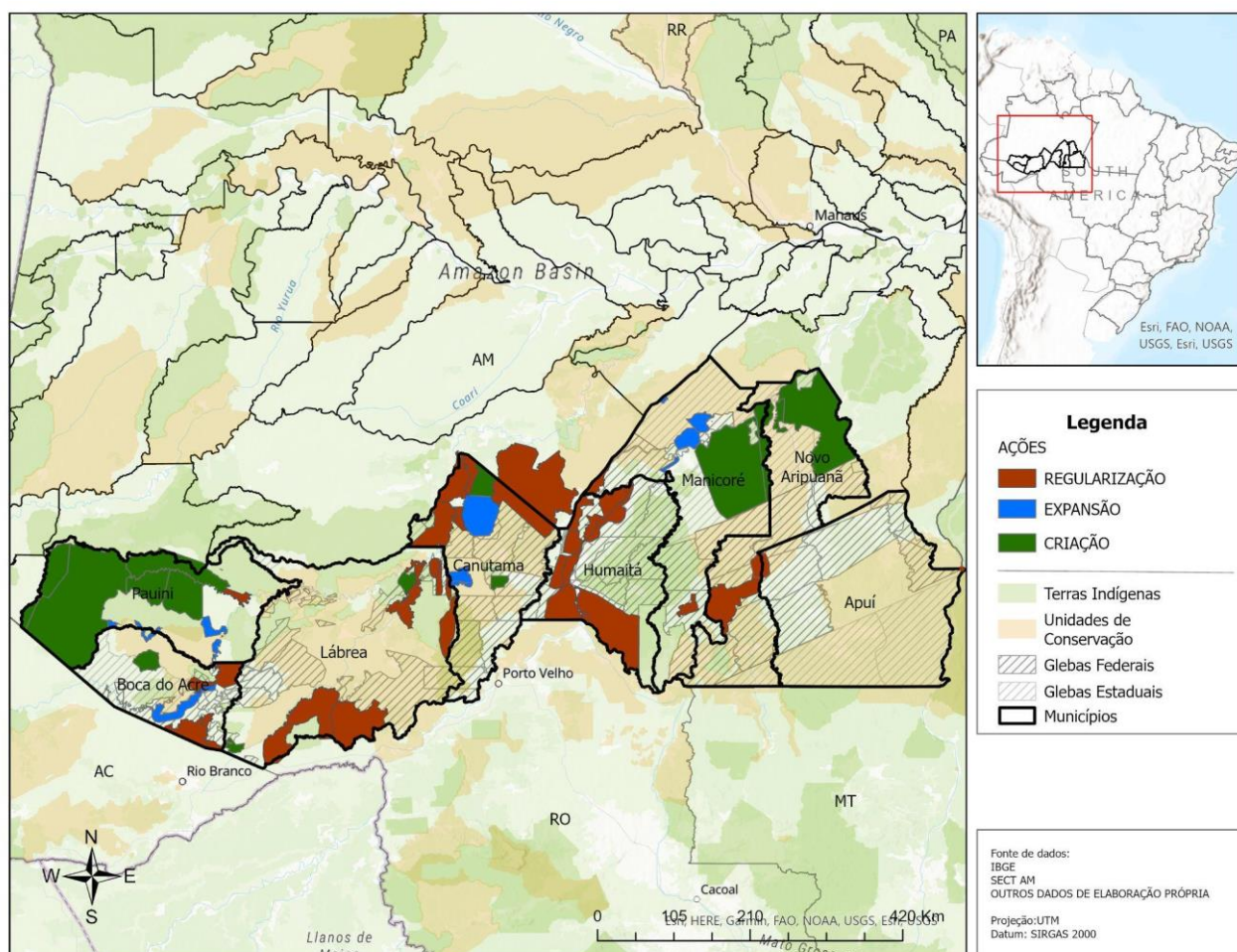


Figura 4. Demandas territoriais segundo o tipo de ação propostas pelos oito municípios no Sul do Amazonas participantes da oficina "Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas".

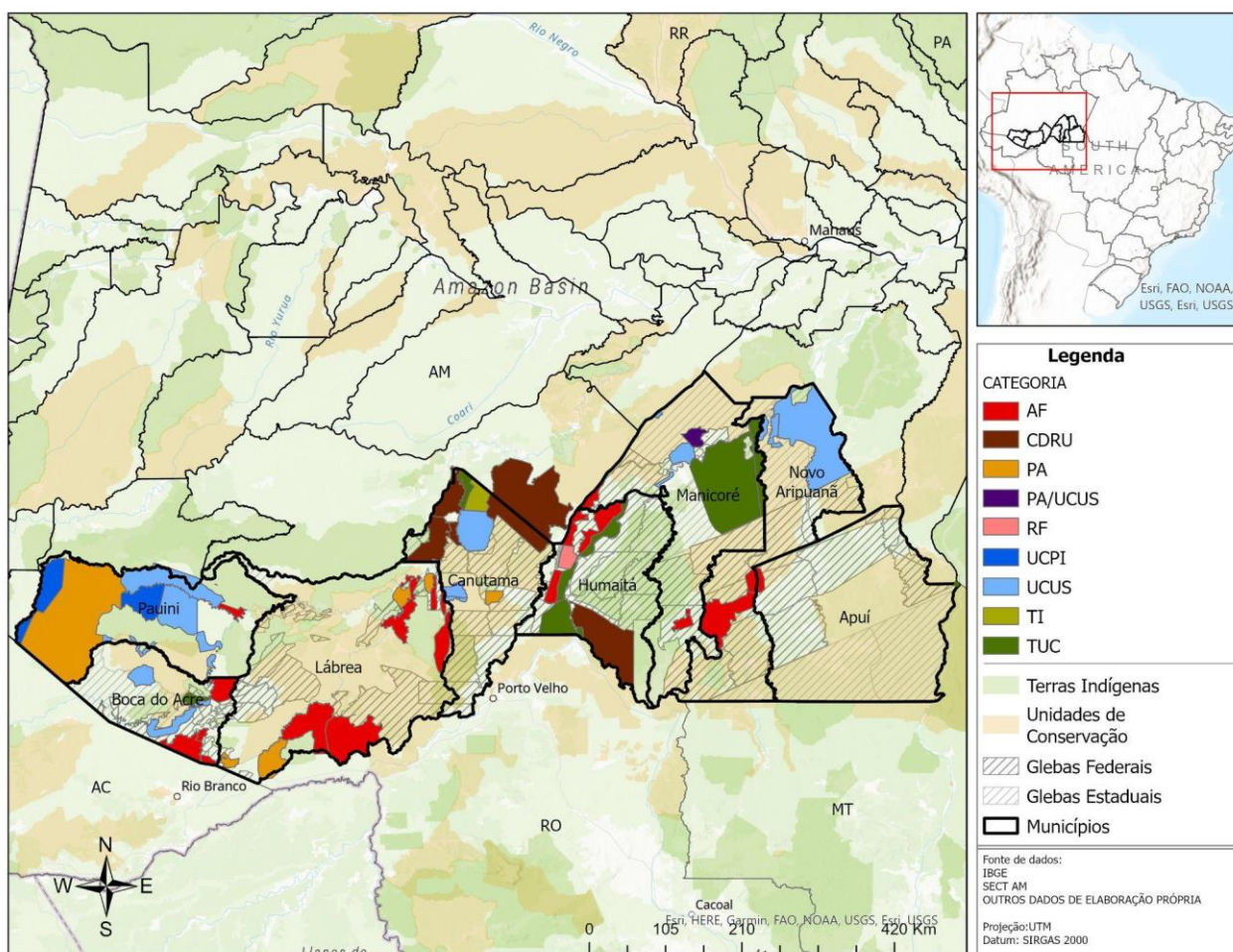


Figura 5. Demandas territoriais segundo o tipo de categoria de ação propostas pelos oito municípios no Sul do Amazonas participantes da oficina "Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas". AF = agricultura familiar; CDRU = concessão de direito real de uso; PA = projeto de assentamento; RF = regularização fundiária; TI = terra indígena; TUC = território de uso comum; UCPI = unidade de conservação de proteção integral; UCUS= unidade de conservação de uso sustentável.

Os representantes de cada município relataram, ainda, a presença de povos e comunidades tradicionais (PCTs) e de índios isolados nas áreas com demandas para algum tipo de ação. Em todos os municípios foram reportadas áreas com PCTS (40, no total), sendo que a maioria se concentrou em Canutama e Pauini (10 áreas em cada). Houve, ainda, sete registros de índios isolados, sendo uma área em Lábrea e seis áreas em Manicoré (Tabela S1).

Informações fundiárias e territoriais adicionais que não caracterizaram destinação de áreas foram compiladas em uma base de dados à parte, compondo outras demandas relatadas pelos participantes da oficina (Tabela S2 e Figura S1). Essas informações compreendem casos em que são sugeridas ações diferentes da destinação em si, tais como fiscalização, atuação das forças armadas, verificação de projetos de REDD, casos de descaracterização de projetos de assentamento, dentre outros. Há alguns casos de sugestão de

criação de terra indígena, mas como foram casos propostos por representantes não indígenas dos municípios, tais casos são apresentados aqui como “outras demandas”, para uma validação a posteriori com representantes da comunidade indígena local.

DISCUSSÃO & CONCLUSÃO

Os resultados do mapeamento da demanda espontânea pela destinação de terras públicas (estadual e federal) para fins de regularização fundiária e destinação FPND, junto às lideranças de oito municípios do Sul do Amazonas, reforçaram o consenso geral prévio de que a região está sob forte pressão socioambiental, em boa medida devido ao avanço da grilagem sobre as terras públicas potencializado pelo enfraquecimento da governança ambiental na região e na Amazônia como um todo (Azevedo-Ramos et al., 2020; Brito, 2021; Peres et al., 2023; Raftopoulos & Morley, 2020). Somado a isto, ainda há o avanço descontrolado do garimpo ilegal, da pecuária e atividades madeireiras, além de impactos negativos diretos e indiretos de projetos de infraestrutura (Carrero et al., 2020).

A Figura 2 ilustra bem esta pressão socioambiental, em especial sobre as FPNDs. Os resultados indicaram que estas florestas abrigam cerca de 30% do desmatamento nos oito municípios analisados por esta Nota Técnica (Figura 3). Um resultado que corrobora a tendência já registrada em outras regiões amazônicas que estão sob avanço do desmatamento (Alencar et al., 2021; Moutinho et al., 2022). Considerando que as FPNDs cobrem, atualmente, uma área equivalente ao tamanho da Espanha (56 Mha) (Moutinho & Azevedo-Ramos, 2023b), a destinação destas florestas para conservação e uso sustentável² torna-se prioritária. O avanço do desmate sobre as FPNDs tanto no sul do Amazonas quanto na região como um todo dificultará enormemente o alcance de reduções significativas e rápidas das taxas de desmatamento. E mais. Quanto mais desmatamento registrado em florestas públicas, federais ou estaduais, mais próximo a região estará o chamando de “tipping point”, ou ponto de degradação sem retorno (Lawrence & Vandecar, 2015; Lovejoy &

² As FPNDs são florestas públicas que devem ser destinadas para conservação ou uso sustentável segundo a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Nº 11.284, 2 março de 2006). Tal destinação é tida como prioritária pelo recém reeditado PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia).

Nobre, 2019; Nobre & Fabrício-Neto, 2021; Silvério et al., 2019) e mais distante o país ficará do cumprimento de sua NDC³.

Considerando este cenário socioambiental revelado pelas demandas levantadas pelos distintos grupos sociais, fica claro que é urgente o avanço da regularização fundiária, com ênfase na agricultura familiar, projetos de assentamento e CDRUs. Ainda, está notório nos resultados obtidos, que regularização fundiária é particularmente importante nos municípios de Boca do Acre, Canutama, Humaitá e Lábrea, onde as comunidades enfrentam intenso conflito pela posse da terra e um crescente número de títulos sobrepostos a glebas públicas (grilagem em boa medida). Aparentemente, esta situação de incerteza tem sido fomentada por um impasse recorrente entre órgãos federais, estaduais e municipais quanto à responsabilidade pela regularização fundiária e pelo controle e fiscalização dessas terras públicas. Esta situação é mais bem ilustrada no extremo leste do município de Apuí. Consequentemente, há uma forte demanda social na região por uma atuação integrada dos órgãos competentes capaz de realizar uma revisão crítica das práticas de ocupação e um esforço articulado para o reassentamento de famílias em situação de vulnerabilidade.

Além da regularização fundiária, o levantamento de demandas junto aos grupos sociais consultados, indicou que há grande expectativa na destinação das FPNDs para projetos de assentamento diferenciados, UCUS, UCPI e TUC. Este tipo de demanda foi particularmente evidente nos municípios de Pauini, Manicoré e Novo Aripuanã. Ainda, demandas pela expansão de áreas de categorias já existentes (como UCs e projetos de assentamento, por exemplo) foi uma demanda recorrente entre os participantes. O processo de expansão, portanto, pode ser um caminho interessante de destinação de FPNDs e terras públicas, uma vez que tal processo é uma prerrogativa exclusiva do poder executivo (Decreto nº 11.688)⁴ e pode ser executado de forma rápida e eficiente. No entanto, para que essa e outras iniciativas de regularização fundiária e destinação de terras públicas tenham sucesso é imperativo um comprometimento contínuo e eficaz do governo, das comunidades locais e das

³ As FPNDs estocam oito bilhões de toneladas de carbono, (Kruid et al. 2021), algo equivalente a um ano de emissões globais (considerando as emissões globais de 2019; Friedlingstein et al. 2020) ou a uma década de emissões nacionais (considerando as emissões anuais do Brasil; SEGG 2021)

⁴ O Decreto nº 11.688, estabelece um divisor de águas na política de destinação e regularização fundiária de terras públicas federais rurais no Brasil, com especial impacto no sul do Amazonas. Este decreto, que modifica o Decreto nº 10.592/2020, é voltado para o reconhecimento dos direitos de comunidades tradicionais e para a promoção da conservação e do uso sustentável de recursos naturais, marcando um avanço significativo na gestão territorial e ambiental.

organizações envolvidas, assegurando que as ações sejam implementadas de forma eficiente e justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alencar, A., Silvestrini, R., Gomes, J., & Savian, G. (2022). Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. *Nota Técnica*, (9).

Azevedo-Ramos, C., Moutinho, P., Arruda, V. L. D. S., Stabile, M. C. C., Alencar, A., Castro, I., & Ribeiro, J. P. (2020). Lawless land in no man's land: The undesignated public forests in the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, 99, 104863. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104863>

Brito, B. (2021). *Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Carrero, G. C., Fearnside, P. M., Do Valle, D. R., & De Souza Alves, C. (2020). Deforestation Trajectories on a Development Frontier in the Brazilian Amazon: 35 Years of Settlement Colonization, Policy and Economic Shifts, and Land Accumulation. *Environmental Management*, 66(6), 966–984. <https://doi.org/10.1007/s00267-020-01354-w>

Friedlingstein, P., O'Sullivan, M., Jones, M. W., Andrew, R. M., Hauck, J., Olsen, A., Peters, G. P., Peters, W., Pongratz, J., Sitch, S., Le Quéré, C., Canadell, J. G., Ciais, P., Jackson, R. B., Alin, S., Aragão, L. E. O. C., Arneeth, A., Arora, V., Bates, N. R., ... Zaehle, S. (2020). Global Carbon Budget 2020. *Earth System Science Data*, 12(4), 3269–3340. <https://doi.org/10.5194/essd-12-3269-2020>

Kruid, S., Macedo, M. N., Gorelik, S. R., Walker, W., Moutinho, P., Brando, P. M., Castanho, A., Alencar, A., Baccini, A., & Coe, M. T. (2021). Beyond Deforestation: Carbon Emissions From Land Grabbing and Forest Degradation in the Brazilian Amazon. *Frontiers in Forests and Global Change*, 4, 645282. <https://doi.org/10.3389/ffgc.2021.645282>

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordenação Geral de Observação da Terra. Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas. Desmatamento - Amazônia. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments> . Acesso em: 13 dez. 2023.

Lawrence, D., & Vandecar, K. (2015). Effects of Tropical Deforestation on Climate and Agriculture. *Nature Climate Change*, 5, 27-36. <https://doi.org/10.1038/nclimate2430>

Lovejoy, T. E., & Nobre, C. (2019). Amazon tipping point: Last chance for action. *Science Advances*, 5(12), eaba2949. <https://doi.org/10.1126/sciadv.aba2949>

Moutinho, P., & Azevedo-Ramos, C. (2023). Untitled public forest lands threaten Amazon conservation. *Nature Communications*, 14(1), 1152. <https://doi.org/10.1038/s41467-023-36427-x>

Nobre, C. A., & Fabrício-Neto, A. (2021). The Amazon Forest and climate change: a sustainable pathway to avoid a tipping point. *Our warming planet: climate change impacts and adaptation*, 2.

Peres, C. A., Campos-Silva, J., & Ritter, C. D. (2023). Environmental policy at a critical junction in the Brazilian Amazon. *Trends in Ecology & Evolution*, 38(2), 113–116. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2022.11.011>

Raftopoulos, M., & Morley, J. (2020). Ecocide in the Amazon: The contested politics of environmental rights in Brazil. *The International Journal of Human Rights*, 24(10), 1616–1641. <https://doi.org/10.1080/13642987.2020.1746648>

Santos, A. D., de Gama, A. M. C. F., Faria, A. A. C., de Souza, J. A., Chaves, M. B. F., & Ferreira Neto, P. S. (2005). Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis.

SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, Observatório do Clima, acessado em 17 de dezembro de 2023 – seeg.eco.br

Sehn Korting, M., Assumpção E Lima, D., & Sobreiro Filho, J. (2023). Brazilian Agricultural Frontier: Land Grabbing, Land Policy, and Conflicts. *IDS Bulletin*, 54(1). <https://doi.org/10.19088/1968-2023.106>

Silvério, D. V., Brando, P. M., Bustamante, M. M. C., Putz, F. E., Marra, D. M., Levick, S. R., & Trumbore, S. E. (2019). Fire, fragmentation, and windstorms: A recipe for tropical forest degradation. *Journal of Ecology*, 107(2), 656–667. <https://doi.org/10.1111/1365-2745.13076>

MATERIAL SUPLEMENTAR

Abaixo, apresentam-se informações detalhadas das demandas de regularização fundiária e destinação (Tabela S1) e de demandas que não se encaixam nessa primeira categoria (Tabela S2 e Figura S1). Informações geoespaciais como shapefiles e dados em Excel estão arquivados em nuvem. Link para acesso: [Arquivos Digitais](#)

Tabela S1. Tabela com as demandas de cada área delimitada para Regularização, Expansão e Criação resultantes da oficina “Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas” em oito municípios do sul do Amazonas. ID = número de identificação da área na base de dados da oficina; Mun. = nome do município ao qual a área pertence; Org = organização local que atua na área; Conflito (desc) = descrição do tipo de conflito existente; Conf = presença (1) ou ausência (0) de conflito; Ação = tipo de ação proposta (CR = criação; EX = expansão; RE = regularização); Cat. = categoria da ação proposta (AF = agricultura familiar; CDRU = concessão de direito real de uso; PA = projeto de assentamento; RF = regularização fundiária ; TI = terra indígena; TUC = território de uso comum; UCPI = unidade de conservação de proteção integral; UCUS= unidade de conservação de uso sustentável); IS = presença (1) ou ausência (0) de povos isolados; PCT = presença (1) ou ausência (0) de povos e comunidades tradicionais; REF = referência geográfica da área; Área = área total proposta, em hectares

ID	Nome	Mun.	Ocupação	Org	Conflito (desc)	Proposta	Conf	Ação	Cat.	IS	PCT	REF	Área
2	Comunidade da Barra de São Manoel (PARNA do Juruena, RDS Barati e Rio Tapajós)	Apuí	50 famílias (Comunidade da Barra de São Manoel)	Associação Agroextrativista e Turística Barra do Tapajós (AATBT)	Demanda por regularização fundiária.	1. Definir a autarquia responsável por demanda fundiária 2. Criar território da comunidade (CDRU)	1	RE	TUC	0	1	PARNA do Juruena, RDS Barati e Rio Tapajós	2169,57
66	Próxima a REBIO DE MANICORÉ	Apuí	Ribeirinhos (100 famílias)		Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	1	Próxima a REBIO DE MANICORÉ	31184,72
6	Furo da Estela	Boca do Acre	200 famílias	CPT – Associação Deus é Amor ICMBIO Associação Mapiá	Invasão	1. Criar de Unidade de Conservação de Uso Sustentável	1	CR	UCUS	0	1	Francisco Servalho	74466,54
9	Resex Arapixi	Boca do Acre	148 famílias 639 pessoas possuem CAR e CDRU coletivo	ICMBIO e APREA	Invasão. Grilagem e expulsão de extrativistas	1. Ampliar Resex Arapixi	1	EX	UCUS	0	0	Resex Arapixi	108296,89
11	Terra Indígena Lourdes/Cajueiro e entorno	Boca do Acre	100 famílias	CPT e FUNAI e Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santana	Área pressionada pela ocupação desordenada.	1. Estudos para o reconhecimento da TI Lourdes Cajueiro. 2. Promover a regularização fundiária dos não indígenas	1	RE	TUC	0	1	Terra Indígena Cajueiro/Lourdes	36942,17
12	Seringal Entre rios/Santa Filomena	Boca do Acre	428 famílias	CPT e STTR	Demanda por regularização fundiária	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	1	RE	AF	0	0	Entre rios/Santa Filomena	17412,40
14	Região no limite entre Amazonas e Acre	Boca do Acre		CPT e STTR	Demanda por regularização fundiária	1. Promover a regularização fundiária.	1	RE	AF	0	0	Área de fronteira com Acre	120712,08
15	Seringal Macapá	Boca do Acre	+/- 105 famílias	STTR	Invasão. Pressão do	1. Promover a regularização fundiária.	1	RE	AF	0	0	Seringal Macapá	19910,71

					agronegócio. Demanda por regularização fundiária.									
17	Gleba Bom Lugar	Boca do Acre	+/- 200 famílias	CPT e Sindicatos	Grilagem e expulsão de moradores.	1. Promover a regularização fundiária.	1	RE	AF	0	0	Gleba Bom Lugar	95555,27	
18	Área entre a TI Inauini e a Flona de Mapiá-Inauini	Boca do Acre		Associação do mapiá, COOPERAR, ICMBio	Demanda por destinação fundiária.	1. Ampliação da Flona Mapiá-Inauini	1	EX	UCUS	0	1		13151,21	
19	PAE Nossa Senhora do Carmo	Canutama	Aproximadamente 20 famílias		Pressão do agronegócio. Demanda por regularização fundiária	1. Criação do PAE Nossa Senhora do Carmo	1	CR	PA	0	1		35339,45	
21	Comunidade nossa senhora do carmo	Canutama	40 famílias (Comunidade N. Sra. do Carmo)		Trabalho analogo a escravidão para desmatamento. Pecuáristas usam moradores locais.	1. Ampliar Flona Balata-Tufari.	1	EX	UCUS	0	1		50063,00	
22	Ampliação da Flona Balata-Tufari	Canutama			Demanda por destinação fundiária.	1. Ampliar Flona Balata-Tufari.	0	EX	UCUS	0	1		14718,30	
23	Ampliação da Flona Balata-Tufari	Canutama			Pressão da agropecuária . Demanda por destinação fundiária.	1. Ampliar Flona Balata-Tufari.	1	EX	UCUS	0	1		228110,31	
24	Polígono no mapa, avança sobre Tapauá	Canutama				1.Criação da TI Pauzinho	0	CR	TI	0	1	Polígono no mapa.	101318,41	

												avança sobre Tapauá	
25	Em Gleba Federal ao lado de Floresta Nacional de Balata-Tufari e Reserva Extrativista Canutama	Canutama	+ 30 famílias	Demanda por regularização fundiária em área de várzea federal (SPU).	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU	0	RE	CDRU	0	1			32063,69
27	Floresta Nacional Balata Tufari	Canutama		Demanda por regularização fundiária.	1. Emissão de CDRU	0	RE	CDRU	0	1	Floresta Nacional Balata Tufari		199547,48
28	Floresta Estadual Tapauá	Canutama	847 pessoas *16 comunidades tradicionais, incluindo área de amortecimento da reserva; Rio Pixuna; Central Caetano; Trevo; Primavera, e Cajubim; Rio Itaparana, Castanheirinha, Santa Maria, Morada Nova, Lago Redondo, Rio Purus, Baturité, Jatuarana, Paiol, Castanheira e São Sebastião	Demanda por regularização fundiária.	1. Emissão de CDRU	1	RE	CDRU	0	1	Floresta Estadual Tapauá		881480,32
29	Floresta Estadual de Canutama	Canutama	102 famílias: Catolé 17, Vila Souza 18, Jetimari 21, Caratiá 12, Nova Aliança 13, Fortaleza 2, Prainha 1, Glória do Rocha 13, Nazaré 2, Nova Experiência 1, Croari 6, Jitimari	Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU	1	RE	CDRU	0	1	Floresta Estadual de Canutama		150590,15

			18, Vila Souza 17, Pamafari 6.										
30	Comunidade Belo Monte	Canutama	1400 a 1600 pessoas (Comunidade de Belo Monte)		Invasão. Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU	1	RE	TUC	0	1	Polígono no mapa, avança sobre Tapauá	57434,13
31	FLONA Humaitá	Humaitá		Associação de Moradores / Barro Vermelho / Barreira do Tambaqui / Salomão Buiçu	Títulos de domínio sobre UC. Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU	1	RE	CDRU	0	1	FLONA Humaitá	475301,90
88	Entorno da FLONA de Humaitá - Maici Grande / Divisa com Rondônia	Humaitá	70 famílias		Invasão. Demanda por regularização fundiária	1. Definição da autarquia responsável. 2. Emitir CDRU (TUC)	0	RE	TUC	0	1	Entorno da FLONA de Humaitá - Maici Grande / Divisa com Rondônia	10592,96
89	Gleba Federal Merari - Entre o Igarapé Beem e o Rio Madeira	Humaitá	100 famílias. Comunidades Tradicionais na Gleba de Merari: Laranjal I, Paraizinho, Paraíso I, Pasto Grande, Pica-Pau, Flexal, Laranjal II, Goiabal, Mirari, São Sebastião de Merari, São Sebastião I, Sossego.	Proprietário Pressionando as comunidades e Grilagens	Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Realizar vistoria para titulação. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	TUC	0	1	Gleba Federal Merari - Entre o Igarapé Beem e o Rio Madeira	171031,92
90	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	Humaitá			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	59692,82
91	Distrito de Realidade - BR319	Humaitá		Associação de Moradores e	Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	RF	0	0	Distrito de Realidade - BR319	60597,94

					agroextrativistas										
92	Várzea do Rio Madeira / trecho entre a divisa com Manicoré e Porto Velho	Humaitá	1000	1000	Várias associações	Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária (SPU)	0	RE	TUC	0	1	Várzea do Rio Madeira / trecho entre a divisa com Manicoré e Porto Velho	153271,04	
93	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	Humaitá	500 famílias			Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	122741,72	
94	Entre PAE Botos e BR 319	Humaitá			Terras públicas ocupadas ilegalmente	Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	BR 319	57955,34	
33	Rio Punainã	Lábrea	50 famílias			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	Rio Punainã	16762,80	
34	UMARI, da área indígena até a boca	Lábrea	80 famílias			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	UMARI, da área indígena até a boca	110502,49	
35	Paciá - Da área indígena até a saída no rio Purus	Lábrea	100 famílias			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	Paciá - Da área indígena até a saída no rio Purus	28582,63	
37	PA Umari	Lábrea	100 famílias			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	PA	0	0		27891,52	
38	PAE Ituxi	Lábrea	50 famílias			Demanda por regularização fundiária.	1. Criação de PA Agroextrativista	0	CR	PA	0	1		47266,56	
39	Baixo Ituxi	Lábrea	50 famílias			Demanda por	1. Validar títulos de domínio incidentes.	0	RE	AF	0	0	Baixo Ituxi	138498,64	

40	Gleba João Bento e Kuruquetê	Lábrea	450 famílias	Associação AUPRA	regularização fundiária. Demanda por regularização fundiária.	2. Promover a regularização fundiária. 1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0	<i>Gleba João Bento e Kuruquetê</i>	381436,64
41	PDS Gedeão, Ramal Castanheira, Malaquias, Remansinho	Lábrea	180 famílias		Assentamento descaracterizado pela invasão. Grilagem e expulsão de produtores. Demanda por regularização fundiária.	1. Desafetar o assentamento. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	PA	0	0	PDS Gedeão, Ramal Castanheira, Malaquias, Remansinho	142955,29
42	Ramal do boi e fundos da TI kaxarary	Lábrea			Grilagem e expulsão de extrativistas. Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	0	RE	AF	0	0		263101,86
48	Assentamento Mariele Franco	Lábrea	200 famílias	CPT	Grilagem e expulsão de extrativistas. Demanda por regularização fundiária.	1. Criação de PA Agroextrativista	1	CR	PA	1	0	<i>Seringal Novo Natal, Fazenda Palotina</i>	29716,49
49	Expansão da RDS Amapá, Hevelândia, próximo à BR	Manicoré		CAARDS	Grilagem e expulsão de extrativistas. Demanda por destinação fundiária	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da RDS Rio Amapá	1	EX	UCUS	1	1	<i>Expansão da RDS Amapá – Hevelândia, próximo à BR</i>	7704,15
50	Expansão de uma das áreas sobre área devoluta atrás - PAE	Manicoré			Demanda por regularização ou	1. Ampliação do PAE Jenipapo ou da RDS Rio Amapá	0	EX	PA/UCUS	1	1	<i>Expansão de uma das áreas sobre área</i>	56174,40

Jenipapo e RDS Rio Amapá				destinação fundiária								devoluta atrás - PAE Jenipapo e RDS Rio Amapá	
51	Expansão da RDS Rio Amapá da beira do rio, próximo ao Ramal Democracia (tirar Capanãzinho)	Manicoré	10 comunidades usuárias da RDS	CAARDS	Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da RDS Rio Amapá	1	EX	UCUS	1	1	Expansão da RDS Rio Amapá da beira do rio, próximo ao Ramal Democracia (tirar Capanãzinho)	72429,31
52	Expansão da RESEX à beira do rio Madeira sobre o título do Alemão	Manicoré		AMALCG	Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Resex	1	EX	UCUS	1	1	Expansão da RESEX à beira do rio Madeira sobre o título do Alemão	12852,13
54	Expansão da RDS Amapá, Hevelândia (próximo à BR)	Manicoré			Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU (TUC)	1	CR	TUC	1	1	Títulos do Maturá	207334,47
55	Rio Maturá	Manicoré	30 comunidades		Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU (TUC)	1	CR	TUC	1	1		872273,01
58	PA Matupi	Manicoré			Assentamento descaracterizado pela invasão. Grilagem e expulsão de produtores. Demanda por regularização fundiária.	1. Desafetar o assentamento. 2. Promover a regularização fundiária.	1	RE	AF	0	0	PA Matupi	34953,75
60	Região do PA Matupi	Manicoré			Demanda por	1. Validar títulos de domínio incidentes.	0	RE	AF	0	0	Região do PA Matupi	4322,42

	proposta pela SEMA (MD)		extrativistas e ribeirinhos		Demanda por destinação fundiária.							Inauini/Teuini, e divisa com Rebio proposta pela SEMA, divisa cm polígono 1	
74	Entre a RDS e Resex proposta, e o limite da gleba; Rio Pauini (MD) e limite da TI Inauini-Teuini	Pauini	10 a 12 famílias	ATRAMP	Consulta prévia para criação de UCPI (em estudo) não foi feita. Pressão de invasores (madeira, caça e pesca ilegais).	1. Realizar consulta prévia, livre e informada para criação da Rebio. 2. Criar a Rebio.	1	CR	UCPI	0	1	Entre a RDS e Resex proposta, e o limite da gleba; margem esquerda do Pauini e limite da TI Inauini-Teuini	185660,58
75	Rio Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	26 famílias (Comunidade Santo Elias, ribeirinhos); outros isolados, fazendeiros, e duas comunidades com 10 famílias.		Conflito com suporte proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	44333,99
76	Limites norte e sul do município, TI Inauini e fragmento do PAE Terruã do Rio Pauini (MD)	Pauini	16 famílias	ATRAMP	Grilagem. Pressão de invasores (caça e pesca ilegal). Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária.	1	CR	PA	0	0	Limites norte e sul do município, TI Inauini e fragmento do PAE Terruã na margem direita do Pauini	1338303,93
77	Rio Pauini (MD) até limite superior do município, da boca do rio Pauini até limite do PAE Terruã	Pauini	70 famílias	ATRAMP	Grilagem. Pressão de invasores (caça e pesca ilegal). Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Criar UC.	1	CR	UCUS	0	1	Margem direita do Pauini até limite superior do município, da boca do rio Pauini até	337389,05

												limite do PAE Terruã	
79	Entre limite oeste do PAE Terruã até o limite do município	Pauini	Desconhecem a presença de pessoas na área	Não tem	No mapa há um imóvel privado, talvez grilagem	1. Área com vocação para Proteção Integral. Desabitada.	1	CR	UCPI	0	0	Entre limite oeste do PAE Terruã até o limite do município	232593,99
81	Rio Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	26 famílias (Comunidade Santo Elias, ribeirinhos); outros isolados, fazendeiros, e duas comunidades com 10 famílias.		Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	235,95
82	RIO Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	26 famílias (Comunidade Santo Elias, ribeirinhos); outros isolados, fazendeiros, e duas comunidades com 10 famílias.		Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	15140,21
83	RIO Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	26 famílias (Comunidade Santo Elias, ribeirinhos); outros isolados, fazendeiros, e duas comunidades com 10 famílias.		Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	5639,62
84	RIO Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini			Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a	4072,02

85	RIO Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	FLONA e a TI Inauini Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	5797,66
86	RIO Purus (MD), entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	Pauini	Conflito com suposto proprietário. Demanda por destinação fundiária.	1. Validar títulos de domínio incidentes. 2. Ampliação da Flona do Purus	1	EX	UCUS	0	1	Margem direita do Purus, entre TI Inauini e Peneri, e fechando espaços entre a FLONA e a TI Inauini	10534,24

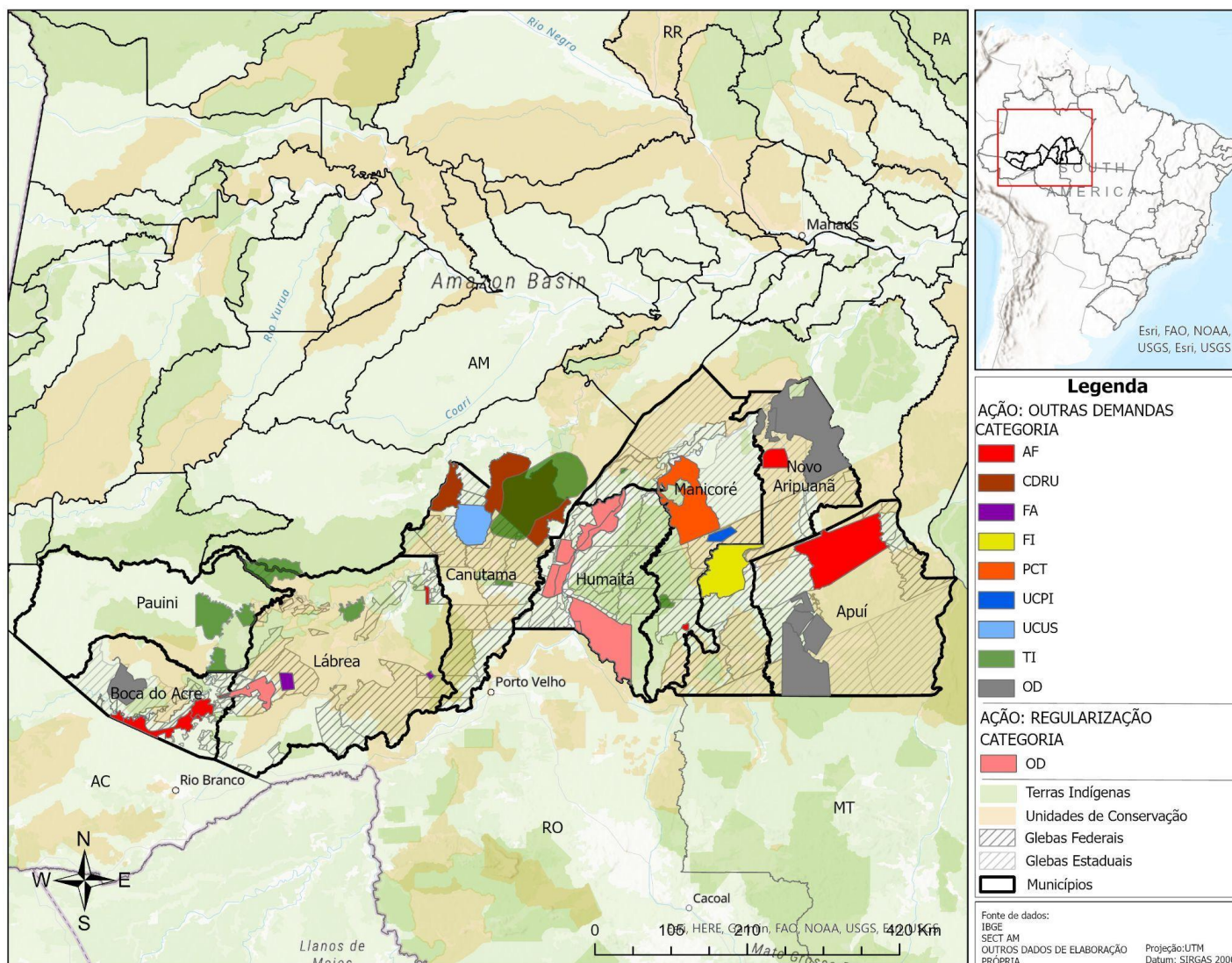


Figura S1. Informações fundiárias e territoriais adicionais que não caracterizaram destinação de áreas foram compiladas em uma base de dados à parte, compondo outras demandas relatadas pelos participantes da oficina. Ações: Outras Demandas e Regularização; Categorias: AF = agricultura familiar; CDRU = concessão de direito real de uso; FA = forças armadas; OD= Outras Demandas; PCT = povos e comunidades tradicionais; TI = terra indígena; UCPI = unidade de conservação de proteção integral; UCUS= unidade de conservação de uso sustentável.

Tabela S2. Tabela com as outras demandas resultantes da oficina “Construindo soluções sustentáveis e coletivas sobre as áreas não destinadas do Sul do Amazonas” em oito municípios do sul do Amazonas. ID = número de identificação da área na base de dados da oficina; Mun. = nome do município ao qual a área pertence; Org = organização local que atua na área; Conflito (desc) = descrição do tipo de conflito existente; Conf = presença (1) ou ausência (0) de conflito; Ação = tipo de ação proposta (OD=Outras Demandas; RE = regularização); Cat. = categoria da ação proposta (AF = agricultura familiar; CDRU = concessão de direito real de uso; FA= Forças Armadas; FI=Fiscalização; OD =Outras Demandas; PCT= povos e comunidades tradicionais; TI = terra indígena ; UCPI = unidade de conservação de proteção integral); IS = presença (1) ou ausência (0) de povos isolados; PCT = presença (1) ou ausência (0) de povos e comunidades tradicionais; REF = referência geográfica da área; Área = área total proposta, em hectares.

ID	Nome	Mun.	Ocupação	Org	Conflito (desc)	Proposta	Conf	Ação	Cat.	IS	PCT	REF	Área
1	PA Rio Juma	Apuí	67 famílias de produtores de café agroflorestal residentes dentro do PA Rio Juma	associação dos produtores família Ouro Verde (APFOV)	Assentamento descaracterizado pela invasão. Grilagem e expulsão de produtores.	1. Vistoria do assentamento. 2. Promover a manutenção do PA.	1	OD	AF	0	0	PA Rio Juma	666856,989
3	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí - Imov priv em gleba federal prox ao PAE Aripuanã Guariba	Apuí	1 família de 4 pessoas		Questionamento sobre a legalidade do título sobreposto a unidades de conservação e assentamento do INCRA e Projetos de Crédito de Carbono	1. Indeferir a titularidade dentro de unidades de conservação e assentamento do INCRA 2. Verificação	1	OD	OD	0	0	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí - imóvel privado em gleba federal próximo a PAE ARIPUANÃ GUARIBA	433515,818

4	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí	Apuí			Questionamento sobre a legalidade do título sobreposto a unidades de conservação e assentamento do INCRA e; Projetos de Crédito de Carbono	1. Verificação do projeto REDD+ em imóveis privados sobrepostos FES Sucunduri, RDS Aripuanã, PAE Gu	1	OD	OD	0	0	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí	172269,141
5	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí	Apuí			Questionamento sobre a legalidade do título sobreposto a unidades de conservação e assentamento do INCRA e; Projetos de Crédito de Carbono	1.Verificação do projeto REDD+ em imóveis privados sobrepostos FES Sucunduri, RDS Aripuanã, PAE Gu	1	OD	OD	0	0	PAE Aripuanã Guariba e Mosaico do Apuí	71696,179
7	Seringal São Miguel	Boca do Acre	Aproximadamente 300 famílias	CPT, FUNAI, STTR	Gleba estadual com projeto de carbono	1. Projeto de REDD	1	OD	OD	0	0	Seringal São Miguel	160153,905
8	PAR Antimary, Floresta do Acre e Tambaqui	Boca do Acre	68 famílias	STTR	Área discriminada sem continuidade de destinação - gleba	1.Proposta de assentamento e desintrusão	1	OD	AF	0	0	Assentamento Floresta do Acre e Tambaqui	58604,614
10	PAE Antimary	Boca do Acre			Assentamento descaracterizado pela invasão. Grilagem e expulsão de produtores	1. Desintrusão	0	OD	AF	0	0	PAE Antimary	117345,612
13	Comunidade do Amaranto ao Rio Iaco/AC	Boca do Acre	1000 famílias	Organização religiosa COMADEMAT, STTR	Famílias expulsas por ação dos grileiros	1.Desintrusão	1	OD	AF	0	0	Comunidade do Amaranto ao Rio Iaco/AC	14271,221

16	PA Monte-Lábrea com acesso por Boca do Acre, comunidade Cruzeiroirinho	Boca do Acre	560 famílias	Sindicato rural dos pecuaristas	Concentração de lotes a partir arrendamento com os assentados	1.Vistoria do Incri para redistribuição dos lotes	1	OD	AF	0	0	PA Monte-Labrea com acesso por Boca do Acre, comunidade Cruzeiroirinha	10288,659
20	Ao lado TI Juma	Canutama	Tem famílias que vieram de outras regiões e têm sítios dentro dessa área			1. Criação de TI Mura do rio Itaparanã	0	OD	TI	0	1		16572,768
26		Canutama				1. Área de ocorrência de índios isolados	0	OD	TI	1	0		881599,47
36	PA Pacιά	Labrea	100 familias	Associação Terra Jubilar		1.Vistoria para titulação	0	OD	AF	0	0	PA Pacιά	10883,674
43		Labrea				1. Descaracterização do PA Monte - INCRA	0	RE	OD	0	0	111551,227	
44	PA Monte e Flona Iquiri	Labrea				1.Criar base de fiscalização do exército para impedir avanço das invasões do PA Monte na Flona Iquiri	0	OD	FA	1	0	PA Monte e Flona Iquiri	40575,371
45		Labrea				1.Reivindicação de Terra Indigena Cuniã Porã Apurinã	0	OD	TI	1	1		63320,52
46		Labrea				1.Reivindicação TI Tapauá (isolados)	0	OD	TI	1	1		76311,625

47	Resex Ituxi	Labrea			1.Criar uma base do exército brasileiro para fiscalizar a Resex Ituxi pela entrada do rio Kuruquete	0	OD	FA	1	0	<i>Resex Ituxi</i>	6837,214
53	RDS Rio Manicoré	Manicoré	Na RDS: Auxiliadora do Madeira, Santa Fé, Laranjal I. Próximo ao RDS e PAE URUAPIARA: Taruma e Tamanduá	CAARIM	1.Cancelar CAR dentro da área 2.Fazer CAR PCT	0	OD	PC T	1	0	<i>RDS Rio Manicoré</i>	504327,872
56	Rebio do Manicoré (mas fica em Novo Aripuanã)	Manicoré			Fiscalização da REBIO pelo ICMBio	1	OD	UC PI	0	1		45884,726
57	Nos fundos da TI Capanã e Ariramba	Manicoré		APILCamm	1.Expansão da área indígena da TI Lago do Capanã	0	OD	TI	1	0	<i>Nos fundos da TI Capanã e Ariramba</i>	4792,8
59	Gleba B da Tenharim Marmelos	Manicoré			1.Fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis. 2.Apoiar ordenamento territorial da Gleba B da Tenharim Marmelos	0	OD	TI	0	0	<i>Gleba B da Tenharim Marmelos</i>	27129,151
61	PA Matupi	Manicoré			1.Vistoria do Incra	0	OD	AF	0	0	<i>Região do PA Matupi</i>	6916,348

64	RDS do Juma - Prox Rio Aripuanã, 1o ramal dps da cidade, 8hs da cidade de rabeta, lago capimpuba	Novo Aripuanã	7-40 famílias	Comunidade Novo Oriente - 60 anos nessa área vieram de comunidade Tucurané	Invasão intensa de madeireiros - Muitas famílias mudam da RDS para a área urbana e deixam RDS mais vulnerável a madeireiros. - A pesca também é causa de conflito violento.	1. Regularização fundiária 2. Maior fiscalização da RDS modalidade coletiva	1	OD	AF	0	1	<i>RDS do Juma- Próximo rio aripuanã, primeiro ramal depois da cidade, 8 horas da cidade de rabeta, lago capimpuba</i>	83972,804
65	Rebio do Manicoré (mas fica em Novo Aripuanã)	Novo Aripuanã				1. Precisa de fiscalização	0	OD	FI	0	0	<i>Rebio do Manicoré (mas fica em Novo Aripuanã)</i>	366052,661
71	Entre o rio Purus e rio Pauini	Pauini	Não sabe. Etnia Apurinã	OPIAJ	Com população tradicional, que também ocupa a área (Vit'roia, Canacuri, entre outras). Sobrepõe com imóveis	1. TI Capira Canacuri	1	OD	TI	0	1	<i>Entre o rio Purus e rio Pauini</i>	201646,35
78	Da margem do Purus até limite leste do município e limite da TI Peneri	Pauini	Não sabe	OPIAJ	Presença de Indígenas com fazendeiros, gerando conflito.	1. Expansão da TI Guajahã	1	OD	TI	0	1	<i>Da margem do Purus até limite leste do município e limite da TI Peneri</i>	51808,386
80	Parte inferior da TI Peneri até limite sul do município	Pauini	Muitos, não sabe a quantidade	OPIAJ	Desmatamento adentrando na TI, imóveis particulares na margem do Purus	1. Expandir TI	1	OD	TI	0	0	<i>Parte inferior da TI Peneri até limite sul do município</i>	66041,074
32		Lábrea				1. Reivindicação TI Mamoriá Grande (isolados)	0	OD	TI	1	0		105489,14

23	Ampliação da Flona Balata-Tufari	Canutama		Necessidade de fiscalização.	1. Fiscalização	1	OD	UC US	0	1		228109,226
28	Floresta Estadual Tapauá	Canutama	847 pessoas, 16 com. Com trad incluindo area de amortec da reserva: rio pixuna: central caetano, trevo, primavera, e cajubim; rio itaparana, castanheirinha, sta maria, morada nova, lago redondo, rio purus, baturité, jatuarana, paiol, castanheira e s seb	Demanda por regularização fundiária.	1. Emissão de CDRU	1	OD	CD RU	0	1	<i>Floresta Estadual Tapauá</i>	881480,887
29	Floresta Estadual de Canutama	Canutama	102 fam. Catolé 17 (Luis disse que sao 8) f, Vila Souza 18 f, Jetimari, 21 f, Caratiá 12 f, Nova Aliança 13 f, Fortaleza 2 f, Prainha 1 f, Gloria do Rocha 13 f, Nazare 2 f, Nova Experiencia 1 f, Croari 6 f, Jitimari 18 f, Vila Souza 17f, Pamafari 6f	Demanda por regularização fundiária.	1. Validar títulos incidentes. 2. Emissão de CDRU	1	OD	CD RU	0	1	<i>Floresta Estadual de Canutama</i>	150588,369
68	Entre RDS do Rio Madeira e do Juma	Novo Aripuanã			1.Destinação	0	OD	OD	0	0	<i>Entre RDS do Rio Madeira e do Juma</i>	43763,005

69	Lado Esquerdo da RDS DO JUMA/direito do rio arauá	Novo Aripuanã			Existe imóvel privado enorme nessa gleba federal	1.Destinação	1	OD	OD	0	0	Lado Esquerdo da RDS DO JUMA/direito do rio araua	32575,589
70	Entre RDS do JUMA e PARNA do Acari	Novo Aripuanã			Diversos imóveis privados em gleba federal	1.Destinação	1	OD	OD	0	0	Entre RDS do JUMA e PARNA do Acari	764217,3
88	Entorno da FLONA de Humaitá - Maici Grande / Divisa com Rondônia	Humaitá	70		Invasão / Violência	1.Verificar com INCRA e ICMBIO de quem é a competência e regularização fundiária	0	RE	OD	0	0	Entorno da FLONA de Humaitá - Maici Grande / Divisa com Rondônia	10592,964
90	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	Humaitá				1.INCRA regularização fundiária	0	RE	OD	0	0	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	59692,824
91	Distrito de Realidade - BR 319	Humaitá		Associação de Moradores e agroextrativistas	Conflitos partem do Distrito para outras localidades	1.Regularização Fundiária com prioridade	0	RE	OD	0	0	Distrito de Realidade - BR319	60597,942
92	Várzea do Rio Madeira / trecho entre a divisa com Manicoré e Porto Velho	Humaitá	1000 famílias	Várias associações	Grilagem e expulsão de extrativistas.	1. Validar títulos incidentes. 2. Promover a regularização fundiária (SPU)	0	RE	OD	0	1	Várzea do Rio Madeira / trecho entre a divisa com Manicoré e Porto Velho	153271,038
93	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	Humaitá	500 famílias		Conflitos por conta do asfaltamento da BR 319	1.INCRA regularização fundiária	0	RE	OD	0	0	Terra Firme entre o Madeira e a BR319	122741,722

31	FLONA Humaitá	Humaitá	Associação de Moradores / Barro Vermelho / Barreira do Tambaqui / Salomão Buiçu	Sobreposição de áreas Tituladas	1.Reconhecimento de Título e regularização Fundiária junto ao ICMBIO	0	RE	OD	0	1	FLONA Humaitá	475301,902
----	---------------	---------	---	---------------------------------	--	---	----	----	---	---	---------------	------------